

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas da
T4F Entretenimento S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

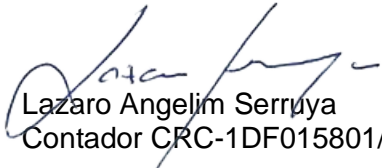
As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao balanço patrimonial individual e consolidado de 31 de dezembro de 2020 e às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de 31 de março de 2020

O exame do balanço patrimonial, individual e consolidado, de 31 de dezembro de 2020 e a revisão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, relativas aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2020, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de auditoria e de revisão, sem modificações, datados de 30 de março de 2021 e 15 de maio de 2020, respectivamente.

São Paulo, 13 de maio de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S
CRC-2SP034519/O-6



Lázaro Angelim Serruya
Contador CRC-1DF015801/O-7

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de março

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20			31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	176.888	173.690	204.966	201.914	Fornecedores	14	10.285	7.217	27.963	22.059
Contas a receber de clientes	6	-	4.888	-	10.768	Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	2.531	967	2.531	967
Estoques		116	116	910	866	Passivo de arrendamento	16	3.579	16.431	3.666	16.516
Impostos a recuperar	7	18.399	16.549	26.969	25.518	Salários, provisões e encargos sociais		759	1.060	1.526	2.040
Adiantamentos a fornecedores	8	1.440	1.428	4.228	4.772	Impostos e contribuições a recolher	17	454	843	1.985	2.131
Custos antecipados	9	1.967	-	3.526	-	Adiantamentos de clientes	18	126.225	128.573	131.845	134.298
Outras contas a receber	10	10.574	10.646	13.907	12.743	Partes relacionadas	11	42.319	38.462	-	-
Total do ativo circulante		209.384	207.317	254.506	256.581	Outras obrigações		3.443	3.447	5.045	4.755
						Total do passivo circulante		189.595	197.000	174.561	182.766
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:						Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	120.000	120.000	120.000	120.000
Contas a receber de clientes	6	15.967	20.377	27.585	23.614	Passivo de arrendamento	16	4.632	6.933	4.652	6.976
Imposto de renda e contribuição social diferidos		44.954	44.821	49.797	48.942	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	6.748	8.566	24.814	27.786
Depósitos judiciais	19	5.895	5.957	8.334	8.132	Provisão para perdas em investimentos em controladas	12.a)	40.909	40.199	-	-
Custos antecipados	9	44.811	52.924	44.974	54.472	Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	202	185
Partes relacionadas	11	46.526	42.589	7.781	7.469	Impostos e contribuições a recolher	17	543	559	1.506	1.207
Total do realizável a longo prazo		158.153	166.668	138.471	142.629	Outras obrigações		366	366	366	366
Investimentos em controladas	12.a)	91.064	85.664	-	-	Total do passivo não circulante		173.198	176.623	151.540	156.520
Ágio na aquisição de investimentos	12.b)	81.932	81.932	-	-	Total do passivo		362.793	373.623	326.101	339.286
Imobilizado	13.a)	3.146	5.023	7.894	9.630	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Bens de direito de uso	13.c)	6.232	17.069	6.321	17.175	Capital social		243.022	243.022	243.022	243.022
Intangível:						Gastos com emissão de ações		(9.665)	(9.665)	(9.665)	(9.665)
Ágio na aquisição de investimentos	12.b)	-	-	101.578	99.519	Reservas de capital		748	748	748	748
Outros intangíveis	13.b)	2.720	2.359	4.155	3.715	Reserva de reavaliação	13.d)	231	396	231	396
Total do ativo não circulante		343.247	358.715	258.419	272.668	Reservas de lucros / Prejuízo acumulado		(108.268)	(97.368)	(108.268)	(97.368)
						Outros resultados abrangentes		63.770	55.276	63.770	55.276
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	(3.014)	(2.446)
						Total do patrimônio líquido		189.838	192.409	186.824	189.963
TOTAL DO ATIVO		552.631	566.032	512.925	529.249	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		552.631	566.032	512.925	529.249

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/21	31/03/20	31/03/21	31/03/20
RECEITA LÍQUIDA	20	59	23.668	2.689	32.493
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS	21.b)	209	(19.373)	(2.966)	(26.416)
MARGEM BRUTA		268	4.295	(277)	6.077
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Vendas	21.a)	(169)	(435)	(280)	(533)
Gerais e administrativas	21.a)	(6.161)	(9.636)	(8.845)	(13.341)
Remuneração dos administradores	11.2 e 21.a)	(1.276)	(1.946)	(1.489)	(2.295)
Equivalência patrimonial	12	(3.804)	(315)	-	-
Outras, líquidas	24	(172)	454	849	(338)
PREJUÍZO OPERACIONAL		(11.314)	(7.583)	(10.042)	(10.430)
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras	23	(3.414)	(4.681)	(3.711)	(5.200)
Receitas financeiras	23	1.101	1.032	979	1.217
Variação cambial e monetária, líquida	23	2.429	(2.596)	682	414
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(11.198)	(13.828)	(12.092)	(13.999)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes		-	-	(201)	(416)
Diferidos		133	31	761	325
PREJUÍZO DO TRIMESTRE		(11.065)	(13.797)	(11.532)	(14.090)
ATRIBUÍVEL A:					
Acionistas controladores				(11.065)	(13.797)
Acionistas não controladores				(467)	(293)
				(11.532)	(14.090)
PREJUÍZO BÁSICO POR AÇÃO - R\$				(0,16414)	(0,20505)
PREJUÍZO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$				(0,16414)	(0,20418)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/03/20	31/03/21	31/03/20
PREJUÍZO DO TRIMESTRE	(11.065)	(13.797)	(11.532)	(14.090)
Outros resultados abrangentes que poderão ser revertidos ao resultado:				
Variação cambial na conversão de operações no exterior	8.494	11.471	8.494	11.471
Total do resultado abrangente do trimestre	<u>(2.571)</u>	<u>(2.326)</u>	<u>(3.038)</u>	<u>(2.619)</u>
Total do resultado abrangente do trimestre atribuível a:				
Acionistas controladores			(2.571)	(2.326)
Acionistas não controladores			(467)	(293)
			<u>(3.038)</u>	<u>(2.619)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	Reservas de capital				Reservas de Lucros				Ações em Tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
	Capital social	Gastos com emissão de ações	Pagamento baseado em ações	Efeitos em transações de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros / Prejuízos acumulados	Prejuízo do período					
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2020	243.022	(9.665)	1.261	(2.043)	584	10.992	-	-	(2.131)	35.447	277.467	(843)	276.624
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(40)	-	40	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do trimestre	-	-	-	-	-	-	-	(13.797)	-	-	(13.797)	(293)	(14.090)
Outros resultados abrangentes -													
Variação cambial na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.471	11.471	(323)	11.148
Resultado abrangente total do trimestre	-	-	-	-	-	-	-	(13.797)	-	11.471	(2.326)	(616)	(2.942)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020	243.022	(9.665)	1.261	(2.043)	544	10.992	40	(13.797)	(2.131)	46.918	275.141	(1.459)	273.682
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021	243.022	(9.665)	748	-	396	-	(97.368)	-	-	55.276	192.409	(2.446)	189.963
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(165)	-	165	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do trimestre	-	-	-	-	-	-	-	(11.065)	-	-	(11.065)	(467)	(11.532)
Outros resultados abrangentes -													
Variação cambial na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.494	8.494	(101)	8.393
Resultado abrangente total do trimestre	-	-	-	-	-	-	-	(11.065)	-	8.494	(2.571)	(568)	(3.139)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021	243.022	(9.665)	748	-	231	-	(97.203)	(11.065)	-	63.770	189.838	(3.014)	186.824

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/21	31/03/20	31/03/21	31/03/20
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo		(11.065)	(13.797)	(11.532)	(14.090)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do trimestre com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	12	3.804	315	-	-
Depreciação e amortização	21.b)	2.531	3.929	2.764	5.376
Ganho ou perda com investimentos		-	-	(79)	-
Custo residual de ativos imobilizado e intangível baixados		(3.739)	161	(3.739)	161
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(133)	(31)	(761)	(325)
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com controladas, financiamentos, empréstimos, debêntures e obrigações fiscais		3.038	(488)	487	7.313
Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	19	(178)	(43)	(66)	(329)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	21.a)	(26)	-	(26)	(130)
Efeito de economias hiperinflacionárias		-	-	(785)	-
(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		9.324	26.323	6.054	27.947
Estoques		-	149	(44)	240
Impostos a recuperar		(1.850)	(2.248)	(1.448)	(3.516)
Adiantamentos a fornecedores		(12)	(28)	544	(616)
Outras contas a receber		72	196	(1.164)	4.389
Depósitos judiciais		62	(46)	(202)	(40)
Custos antecipados		6.146	(33.780)	5.972	(34.314)
Fornecedores		3.068	3.510	5.865	(2.728)
Impostos e contribuições a recolher		(251)	(338)	306	(614)
Salários, provisões e encargos sociais		(301)	248	(515)	351
Adiantamentos de clientes		(2.348)	28.805	(2.453)	28.578
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	19.4)	(1.778)	8	(3.815)	8
Outras obrigações		(4)	(3.256)	289	(4.632)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		6.360	9.589	(4.348)	13.029
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado e intangível	13	(437)	(209)	(562)	(428)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(437)	(209)	(562)	(428)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(74)	-	-
Partes relacionadas		(2.297)	4.222	(420)	(434)
Pagamento de passivos de arrendamento - principal	16	(1.581)	(3.168)	(1.604)	(4.231)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		(3.878)	980	(2.024)	(4.665)
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS					
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR		1.153	2.859	1.167	(533)
		-	-	8.819	5.454
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		3.198	13.219	3.052	12.857
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do trimestre		173.690	154.740	201.914	204.649
No final do trimestre		176.888	167.959	204.966	217.506
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS		3.198	13.219	3.052	12.857

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2021	31/03/20	31/03/2021	31/03/20
RECEITAS				
De serviços e produtos	67	27.138	2.841	36.511
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26	-	26	130
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(1.315)	(15.311)	(3.706)	(20.305)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.380)	(7.187)	(4.100)	(11.080)
Perda de valores ativos	(1.475)	-	(1.477)	(7)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(6.077)	4.640	(6.416)	5.249
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(2.531)	(3.929)	(3.012)	(5.376)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(8.608)	711	(9.428)	(127)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	4.834	(1.293)	6.766	(336)
Receitas financeiras e variação cambial	3.530	(1.564)	1.661	(910)
Resultado de equivalência patrimonial	(3.804)	(315)	-	-
Outras receitas	5.108	586	5.105	574
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(3.774)	(582)	(2.662)	(463)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	3.430	4.929	4.816	6.503
Remuneração direta	2.757	3.882	4.100	5.327
Benefícios	499	790	526	883
FGTS	174	257	190	293
Impostos, taxas e contribuições	412	3.742	170	4.269
Federais	410	2.673	88	2.978
Estaduais	-	-	54	189
Municipais	2	1.069	28	1.102
Remuneração de capitais de terceiros	3.449	4.544	3.884	2.855
Juros	3.413	4.670	3.711	2.647
Aluguéis	36	(126)	59	(32)
Outras	-	-	114	240
Remuneração de capital próprio	(11.065)	(13.797)	(11.532)	(14.090)
Prejuízo do trimestre	(11.065)	(13.797)	(11.065)	(13.797)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(467)	(293)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	(3.774)	(582)	(2.662)	(463)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

a) Contexto operacional

A T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento “Novo Mercado” da Bolsa de valores do Brasil B3, sob o código “SHOW3”, que, em conjunto com suas controladas (“Grupo”), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero.

Essas informações financeiras trimestrais intermediárias condensadas individuais e consolidadas em 31 de março de 2021 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

b) Principais eventos ocorridos no primeiro trimestre de 2021

i) Encerramento do contrato de locação da casa de espetáculo de São Paulo

Em março de 2021, a Companhia devolveu a casa de espetáculos de São Paulo, o contrato de locação da casa representava nosso principal custo fixo e, tendo em vista o reajuste pela aplicação integral do IGPM do período no início deste ano, o valor atualizado de aluguel passou a pressionar ainda mais a rentabilidade desta linha de negócio. Entretanto, faz-se necessário enfatizar que manteremos nossas operações em todas estas geografias, agora num modelo asset light. Com isso, focaremos esforços no fortalecimento do nosso portfólio de conteúdos, destacadamente na linha de festivais e intensificando nossa presença na área de tickets.

Em decorrência desta devolução os seguintes eventos foram registrados no período:

- Baixa de ativo imobilizado não depreciado associado a casa de espetáculos em São Paulo de R\$ 1.5 milhões.
- Extinção do contrato de arrendamento mercantil e baixa de todos os efeitos por ele produzidos, com ganho no resultado de R\$5.065 milhões registrado nas rubricas custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos, com contrapartida no ativo em de R\$ 10.142 registrado na rubrica bens e direitos de uso (nota explicativa nº 13.c) e no passivo de R\$15.207 registrados na rubrica passivo de arrendamento (nota explicativa nº16).
- Baixa de contas a receber e adiantamento de clientes em virtude do cancelamento de contratos relacionados a casa de espetáculos.

ii) COVID-19

A pandemia do coronavírus continua assolando o mundo e, infelizmente o Brasil, novo epicentro de contaminação, é um dos países mais afetados pelo recrudescimento da pandemia. Diante deste cenário, mesmo com a disponibilização de vacinas, ainda em ritmo aquém do desejável, os protocolos de segurança estão sendo reforçados e novas restrições tiveram que ser implementadas, como o endurecimento das medidas de isolamento social. Além das milhares de vidas perdidas, o impacto sobre a atividade econômica foi brutal, e alguns segmentos não conseguiram retomar plenamente suas atividades, como é o caso do setor de entretenimento, impedido de funcionar em sua total capacidade desde março de 2020.

Diante deste cenário, a Companhia atuou diligente e tempestivamente com o intuito de implementar uma série de iniciativas de redução de gastos e preservação de caixa para tentar mitigar os efeitos da Covid-19 sobre suas operações. Dentre as principais iniciativas implementadas, citamos uma reestruturação significativa do nosso quadro de colaboradores, renegociação de escopo, valores e prazos de pagamento de fornecedores, alongamento do perfil de nossa dívida via reperfilamento de nossas debêntures, além da redução dos custos fixos com o encerramento do contrato de aluguel das casas de espetáculos, efeitos divulgados no item i) acima.

A Companhia adotou o trabalho remoto (home-office) para todos os colaboradores administrativos e de vendas, cumprindo e colaborando com o regime de quarentena estipulado pelas autoridades. Nossas ferramentas de TI provaram-se eficazes e, juntamente com a disciplina de gestão, nossos colaboradores mantiveram o nível de produtividade usual.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Já em 2021, com o recrudescimento da pandemia, promovemos uma redução adicional no quadro de colaboradores do Brasil em 23% e, ao mesmo tempo, executamos um plano de demissão voluntária na Argentina, que diminuiu o quadro em 25%. Com esta redução, passaremos a dedicar esforços à operação do teatro em Buenos Aires e na alavancagem de nossa ticketeira, líder de mercado na região, além de seguirmos operando na promoção de shows internacionais.

Trabalhamos intensamente para garantir junto aos artistas, casas de espetáculos e demais parceiros envolvidos no processo, sempre que possível, o reagendamento dos nossos eventos. Entretanto, diante da piora no cenário da pandemia e da incerteza quanto a melhora nas condições sanitárias do país que influenciam diretamente a retomada de nossas operações, alguns shows internacionais foram cancelados. Neste contexto, a cantora Taylor Swift comunicou recentemente o cancelamento de seus dois shows no Brasil.

Recentemente, foi publicada a Medida Provisória nº 1.036/21, que alterou a redação de alguns dispositivos da Lei 14.046/20, criada para minimizar os impactos da pandemia COVID-19 sobre os setores de cultura e turismo. Pela nova redação trazida por esta MP, a Lei 14.046/20 dispõe sobre medidas emergenciais para atenuar os efeitos da crise decorrente da pandemia da covid-19 nos setores de turismo e de cultura. Ainda, os efeitos da Lei passam a vigorar para os shows e eventos que forem adiados ou cancelados até dezembro de 2021, e os créditos concedidos aos consumidores poderão ser utilizados até 31 de dezembro de 2022.

A respeito dos ingressos vendidos para os eventos cancelados e/ou adiados, de acordo com a Lei 14.046/20, o prestador de serviços não será obrigado a reembolsar os consumidores desde que assegure:

1. A remarcação dos serviços, das reservas e dos eventos cancelados; ou
2. A disponibilização de crédito para uso ou abatimento na compra de outros serviços, reservas e eventos, disponíveis nas respectivas empresas.

O consumidor terá até 31 de dezembro de 2022 para utilização do crédito constante no item 2 acima.

Nesse sentido, gostaríamos de ressaltar os principais efeitos contábeis advindos desta situação, a saber:

- As receitas só estão sendo apropriadas ao resultado quando da realização da contrapartida associada ao evento. Na impossibilidade de realização desta, nenhuma receita está sendo apropriada ao resultado da Companhia;
- Os valores recebidos antecipadamente de nossos patrocinadores bem como a receita com a venda antecipada de ingressos para os eventos que promovemos estão contabilizados como adiantamento de clientes. Mesmo diante do cancelamento de alguns eventos, tais valores são mantidos na rubrica “adiantamento de clientes”, uma vez que os mesmos são convertidos em créditos para utilização em eventos futuramente promovidos pela Companhia, conforme Lei 14.046 de 24 de agosto de 2020.
- Os gastos incorridos aos eventos futuros são classificados como custo antecipado;
- Reconhecimento no resultado custos antecipados relativos a eventos cancelados. Para os gastos com cachês (maior parte do número registrado nesta rubrica), não há impacto no resultado da Companhia pois os contratos preveem a devolução dos montantes antecipados em caso de não realização do evento. Analogamente, os impostos eventualmente recolhidos são passíveis de restituição;
- A Companhia também optou por uma postura mais conservadora no registro de ativo para imposto diferido, constituído em sua maioria sobre base de prejuízo fiscal. Além de não aumentá-la face os resultados registrados, optou-se por realizar uma redução do referido valor mantendo-se registrado apenas valores recuperáveis em até 10 anos, dado o cenário de incerteza quanto ao controle da pandemia no país e, consequentemente, a obtenção de autorização legal para voltarmos a operar. É importante lembrar que mesmo a parcela de crédito ora baixada não sofre prescrição.

A Companhia acredita que o entretenimento é um importante serviço à sociedade. Assim, reconhece o dever e cuidado com seus clientes, colaboradores e parceiros e está trabalhando para ajudar a minimizar o impacto do COVID-19 com a adoção rigorosa de todas as medidas de prevenção. A manutenção da integridade e a saúde dos colaboradores da Companhia é a sua prioridade.

Por fim, a Administração avalia que apesar das grandes incertezas e reflexos causados pela pandemia, a Companhia possui condições de manter suas operações e cumprir com as suas obrigações, de acordo com os compromissos firmados.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

c) Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas estão apresentadas com base nas mesmas práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

d) Estimativas e julgamento contábeis críticos

As principais estimativas e premissas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas de 31 de março de 2021 são as mesmas adotadas na nota explicativa nº 4 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As Informações Trimestrais Financeiras Condensadas individuais e consolidadas da Companhia utilizaram as mesmas bases de elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, descritas na nota explicativa nº 2. Essas informações financeiras trimestrais intermediárias condensadas individuais e consolidadas em 31 de março de 2021 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

As Informações Trimestrais Financeiras condensadas da Companhia compreendem:

a) As informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil - CPC 21 "Demonstração Intermediária" e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – "Interim Financial Reporting", aplicáveis à elaboração das informações intermediárias e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR.

b) A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS.

As seguintes alterações e revisões de normas já existentes e que cuja data de vigência é 1º de janeiro de 2022 foram emitidas pelo IASB, mas além de não terem sido homologadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que até o momento não identificamos impactos futuros para a Companhia:

Norma Descrição da alteração IAS 37 Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato de venda prestação de serviços é oneroso. Se um contrato puder ser finalizado sem o pagamento de uma multa, ou penalidade, o contrato não é oneroso. Um contrato com termos não favoráveis para a Companhia não é necessariamente um contrato oneroso e um contrato que não está desempenhando tão bem quanto esperado, ou possível, não é um contrato oneroso – a não ser que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato".

IAS 16 Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.

Não existem outras alterações, revisões, normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas em relação às já divulgadas nas Demonstrações Financeiras intermediárias e condensadas de 31 de março de 2021 que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia até o presente momento.

Adicionalmente, em dezembro de 2020 o CPC emitiu a Orientação Técnica OCPC 09 – Relato Integrado, aprovada pela Resolução CVM nº 14 de 9 de dezembro de 2020. A data de vigência dessa Orientação é 1º de janeiro de 2021 e o objetivo da mesma visa a melhoria da qualidade da informação disponível aos investidores e demais stakeholders, bem como a promoção de uma abordagem mais coesa e eficiente do relato corporativo, tornando-a uma referência como metodologia de integração financeira com a não financeira. A Companhia estará estudando esse assunto mais adiante para fins de environmental, social and governance - ambiental, social e governança" ("ESG").

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

4. CONSOLIDAÇÃO

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Participação - %		Controladas indiretas	Participação - %	
	31/03/21	31/12/20		31/03/21	31/12/20
Time for Fun Mídia Ltda.	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	Tickets For Fun Chile S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	Promaser S.A.	100,00	100,00
Ticket Co. SpA	100,00	100,00	T4F Entretenimientos Argentina S.A.	1,71	1,71
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	60,00	60,00			
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	98,29	98,29			
T4F Entretenimiento Chile SpA.	100,00	100,00			
PLF Eventos S.A.	60,00	60,00			
IT.ART Tecnologia Ltda.	60,00	60,00			

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos, passivos das controladas diretas em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro 2020 e a receita líquida dos trimestres de 2021 e de 2020:

Controladas:	31/03/21		31/12/20		31/03/20	
	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida
Time for Fun Mídia Ltda	173	2.063	-	174	2.053	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	3.397	30.069	-	3.096	30.060	417
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	2.190	265	-	2.256	210	-
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e subsidiárias indiretas	88.551	18.565	1.772	82.267	17.239	3.703
T4F USA Inc.	4.784	1	-	4.349	1	-
Ticket Co. SpA	17.638	7.244	95	16.498	6.699	463
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	7.861	13.238	-	7.353	12.068	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	8	1.733	-	2	1.531	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	10.088	17.486	325	6.952	13.952	3.858
PLF Eventos S.A.	1.044	812	-	1.074	830	(34)
IT.ART Tecnologia Ltda.	6.558	3.676	457	6.811	3.170	-

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Time for Fun Mídia Ltda. - tem como objetivo a locação, produção ou montagem de mídia exterior (outdoor) ou indoor, o agenciamento de propaganda e publicidade, execução, divulgação em veículos de imprensa falada, escrita e televisada e marketing, promoção e programação de espetáculos e eventos artísticos, culturais e desportivos.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objetivo social é o investimento em companhias constituídas na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A. (1,63%), Ticketek Argentina S.A. (12,3%), Clemente Lococo S.A. (95%), T4F Chile S.A. (99,31%), Tickets for Fun Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entretenimientos Argentina S.A. (0,08%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (87,7%), e T4F Chile S.A. (0,0005%).
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objetivo a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.
- T4F Entretenimientos Argentina S.A. - tem como objetivo principal a produção, comercialização e organização de espetáculos ao vivo com conteúdos e artistas nacionais e internacionais.
- T4F Entretenimientos Peru S.A.C. - tem como objetivo principal a organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos musicais e artísticos em geral.
- T4F Entretenimiento Chile SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a representação, organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos culturais, musicais, artísticos e esportivos em geral.
- PLF Eventos S.A. - tem por objeto a produção e promoção de espetáculos musicais, entre shows e festivais de música, a comercialização de ingressos; o comércio de produtos alimentícios e bebidas em geral, e comércio de mercadorias diretamente relacionadas a indústria do entretenimento, dentre brindes e materiais promocionais em casas de espetáculos, teatros, cinemas, ginásios e estádios.
- IT.Art Tecnologia S.A (“INTI”) - empresa de tecnologia com foco na negociação de ingressos para o setor de entretenimento e cultura.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Caixa e bancos (c)	26.153	2.443	28.383	4.627
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa (a) (d)	89.663	92.689	112.341	115.355
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	37.450	41.018	38.644	42.207
Operação compromissada - DI (b)	699	991	2.675	3.176
Time deposit (e)	22.923	36.549	22.923	36.549
Total	176.888	173.690	204.966	201.914

a) Este fundo tem como objetivo, através de uma gestão ativa nos mercados de juros, superar a performance do CDI divulgado pela CETIP, mantendo um perfil de atuação conservador. A composição é basicamente Créditos Público, Créditos Privados e FIDC de Instituições Financeiras. Nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,70% a 0,89% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básicos do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

b) CDBs e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxas médias de 95% a 105,5% da variação do CDI, mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

c) Refere-se substancialmente a saldo em dólar na Controladora, mantido em conta corrente no exterior para fazer frente aos compromissos contratados nessa moeda.

d) Aplicações realizadas através de um agente de investimento na Argentina em carteiras diversificadas.

e) Aplicação no exterior de liquidez imediata com rendimento a taxa média de 3% ao ano sem prejuízo de resgate.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise das perdas estimadas, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Clientes faturados	6.323	12.169	19.622	23.836
Bilheteria	-	27	4.354	3.033
Patrocínios a faturar	10.324	13.774	11.963	15.122
Total das contas a receber	16.647	25.970	35.939	41.991
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(680)	(705)	(8.354)	(7.609)
Total	15.967	25.265	27.585	34.382
Circulante	-	4.888	-	10.768
Não Circulante	15.967	20.377	27.585	23.614

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
IRPJ/CSLL - antecipações	-	-	76	57
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	7.921	7.873	10.147	10.849
Programa de Integração Social - PIS	643	625	716	699
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	2.859	2.800	3.183	3.131
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	5.144	4.853
Imposto sobre faturamento	-	-	308	310
Impostos federais a recuperar	6.976	5.251	7.395	5.619
Total	18.399	16.549	26.969	25.518

8. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	1.426	1.426	4.272	4.698
Outros	14	2	(44)	74
Total	1.440	1.428	4.228	4.772

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados os respectivos eventos.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

9. CUSTOS ANTECIPADOS

Política contábil

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Eventos, shows e espetáculos contratados	45.019	51.765	45.547	52.795
Outros	1.759	1.159	2.953	1.677
Total	46.778	52.924	48.500	54.472
Circulante	1.967	-	3.526	-
Não Circulante (i)	44.811	52.924	44.974	54.472

(i) Refere-se a pagamentos contratuais antecipados para eventos a serem realizados a partir de 2022.

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/03/21	31/12/20
Bilheteria a receber de terceiros (i)	1.482	419
Reembolso de Contingências (ii)	376	1.090
Outros (iii)	12.049	11.234
Total	13.907	12.743

(i) Refere-se a valores a receber na Ticketek Argentina S.A. na venda de ingressos de shows de terceiros.

(ii) Referem-se a ações de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas registrados na rubrica "Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas" (nota explicativa nº 19) de responsabilidade de terceiros. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte de terceiros.

(iii) Refere-se substancialmente ao valor a receber da venda da Vicar, o qual será realizado em agosto de 2021.

11. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de março de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

11.1. Transações com empresas relacionadas

Controladora:

Categoria	31/03/21			31/12/20		31/03/20
	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita
Time for Fun Mídia Ltda.	-	33	-	-	33	-
CIE Internacional S.A. de C.V.	7.165	-	139	6.952	-	109
Metropolitan Empreendimentos S.A.	26.935	-	-	24.465	-	(156)
T4F Chile S.A.	-	36.212	(3.303)	-	32.909	(7.533)
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	4.956	-	475	4.481	-	733
T4F Inversiones S.A.	-	1.407	(124)	-	1.283	-
T4F USA Inc.	-	4.667	(430)	-	4.237	(960)
Vicar Promoções Desportivas S.A.	-	-	-	-	-	426
T4F Peru Entretenimientos S.A.	7.470	-	792	6.691	-	1.546
PLF Eventos S.A.	-	-	-	-	-	(341)
Total	46.526	42.319	(2.451)	42.589	38.462	(6.176)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Consolidado:

Categoria	31/03/21		31/12/20		31/03/20	
	Ativo não circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	(Despesa) Receita
CIE Internacional S.A. de C.V.	7.781	139	7.469		109	
Total	7.781	139	7.469		109	

11.2 Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/03/20	31/03/21	31/03/20
<u>Remuneração fixa</u>				
Conselho de Administração	162	97	162	97
Conselho Fiscal	-	80	-	80
Diretores estatutários	1.114	1.769	1.327	2.118
Total	1.276	1.946	1.489	2.295

Em março de 2021 não houve remuneração variável dos administradores e em março de 2020 o total da remuneração variável dos administradores foi de R\$55.

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Política contábil

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

a) Informações das controladas

a.1) 31 de março de 2021

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda.	(1.890)	(10)	99,99	(10)	(1.890)	-
PLF Eventos S.A.	232	(12)	97,65	(12)	-	746
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(26.672)	293	99,99	293	(26.672)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	(7.398)	421	98,29	421	(7.398)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	1.925	(121)	99,99	(121)	-	1.925
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	69.986	(3.428)	100,00	(3.428)	-	69.986
T4F USA Inc.	4.783	15	100,00	15	-	4.783
Ticket Co. SpA.	10.394	(195)	100,00	(195)	-	10.394
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	(5.377)	(407)	60,00	(244)	(3.224)	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	(1.725)	(68)	100,00	(68)	(1.725)	-
IT.ART Tecnologia Ltda.	2.882	(758)	60,00	(455)	-	3.230
Total				(3.804)	(40.909)	91.064

(i) inclui o percentual da participação indireta de 1,71% da T4F Entretenimientos Argentina S.A.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

a.2) 31 de dezembro de 2020

<u>Controladas diretas ou indiretas</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro líquido (prejuízo) do período</u>	<u>Participação - %</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Provisão para perdas em controladas</u>	<u>Investimentos em controladas</u>
Time for Fun Mídia Ltda.	(1.879)	(656)	99,99	(656)	(1.879)	-
PLF Eventos S.A.	244	25	97,65	(14)	-	758
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(26.964)	(10.582)	99,99	(10.581)	(26.964)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	(7.000)	(752)	98,29	(752)	(7.000)	-
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	2.046	(347)	99,99	(347)	-	2.046
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	65.028	(5.565)	100,00	(5.565)	-	65.028
T4F USA Inc.	4.348	77	100,00	77	-	4.348
Ticket Co. SpA.	9.799	(2.264)	100,00	(2.264)	-	9.799
T4F Peru Entretenimientos S.A.C	(4.714)	(1.046)	60,00	(628)	(2.827)	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	(1.529)	(206)	100,00	(206)	(1.529)	-
Vicar Promoções Desportivas S.A.	-	(2.723)	85,00	(2.316)	-	-
IT.ART Tecnologia Ltda.	3.641	(210)	60,00	(126)	-	3.685
Total				(23.378)	(40.199)	85.664

a.3) Movimentação da rubrica "Investimentos em controladas" e "Provisão para perdas em investimentos em controladas" em 30 de março de 2021 e de 2020.

	<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>
	<u>31/03/21</u>	<u>31/03/20</u>
Saldo inicial do investimento líquido	45.465	60.681
Equivalência patrimonial	(3.804)	(315)
Varição cambial na conversão de investimentos no exterior	8.494	11.468
Reclassificação para outros intangíveis	-	(1.941)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	74
Saldo final do investimento líquido	50.155	69.967
Provisão para perdas em investimentos em controladas	40.909	30.866
Saldo final do investimento líquido da provisão para perdas	91.064	100.833

b) Ágio na aquisição de investimentos

b.1) Política contábil

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/21</u>	<u>31/12/20</u>	<u>31/03/21</u>	<u>31/12/20</u>
Metropolitan Empreendimentos S.A. (i)	36.269	36.269	36.269	36.269
Perdas por redução ao valor recuperável (i)	(17.268)	(17.268)	(17.268)	(17.268)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.(ii)	83.205	83.205	83.205	83.205
Perdas por redução ao valor recuperável (ii)	(26.017)	(26.017)	(26.017)	(26.017)
PLF Eventos S.A.	999	999	999	999
Empresas adquiridas na Argentina (iii)	-	-	19.646	17.587
IT.ART Tecnologia Ltda.	4.744	4.744	4.744	4.744
Total	81.932	81.932	101.578	99.519

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

(i) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$ 40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que justificaram sua origem. Em 31 de dezembro de 2020, quando submetido ao teste de "impairment", utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$ 17.268, classificada na rubrica de "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Entre outros, o principal fator que resultou no reconhecimento do "impairment" foi a descontinuidade da casa de espetáculos, e a falta de perspectiva de retomada das operações devido a COVID 19.

(ii) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou referido ágio, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Em 31 de dezembro de 2014, quando submetido ao teste de "impairment", utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$ 20.002, classificada na rubrica de "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Os principais fatores que resultaram no reconhecimento do impairment são: não renovação de alguns conteúdos e o aumento dos custos de operação em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2020, quando submetido ao teste de "impairment" foi identificado uma nova provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$ 6.015, devido ao impacto sofrido em nossas operações com a pandemia da COVID-19.

(iii) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A., operações que geraram referido ágio. O valor foi impactado pelos efeitos da variação cambial na conversão e pela hiperinflação na Argentina.

13. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS

Política contábil do imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens. As benfeitorias em propriedades de terceiros são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois o menor.

a) Composição do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Custo reavaliado:				
Terrenos	-	-	1.728	66
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	23.687	76.441	47.520	94.968
Móveis e utensílios	2.803	3.455	5.087	5.561
Máquinas e equipamentos	6.826	10.801	8.023	13.574
Equipamentos de processamento de dados	5.470	5.527	11.065	10.691
Estruturas	9.558	9.604	9.578	9.623
Veículos	746	746	746	746
Imobilizado em andamento	37	-	38	-
Total	49.127	106.574	83.785	135.229

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	14	(23.475)	(75.112)	(43.307)	(89.986)
Móveis e utensílios	6	(2.287)	(2.891)	(4.478)	(4.882)
Máquinas e equipamentos	13	(5.266)	(8.602)	(9.963)	(11.006)
Equipamentos de processamento de dados	20	(5.005)	(5.011)	(8.176)	(9.771)
Estruturas	15	(9.290)	(9.299)	(9.309)	(9.318)
Veículos	20	(658)	(636)	(658)	(636)
Total		(45.981)	(101.551)	(75.891)	(125.599)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Imobilizado líquido:				
Terrenos	-	-	1.728	66
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	212	1.329	4.213	4.982
Móveis e utensílios	516	564	609	679
Máquinas e equipamentos	1.560	2.199	(1.940)	2.568
Equipamentos de processamento de dados	465	516	2.889	920
Estruturas	268	305	269	305
Veículos	88	110	88	110
Imobilizado em andamento	37	-	38	-
Total	3.146	5.023	7.894	9.630

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada a reavaliação de R\$ 31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que passaram a ser depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

Política contábil de outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se principalmente a (i) direitos de uso de software, (ii) marcas e (iii) direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa do ativo contra o resultado.

b) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software e direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais, conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
		Custo	-	-	-
Marcas, Direitos e patentes		1.640	1.640	4.616	4.264
Software		7.594	7.195	10.212	9.581
Outros Intangíveis		5.101	5.101	5.101	5.101
Amortização	20				
Marcas, Direitos e patentes		-	-	(1.872)	(1.648)
Software		(6.754)	(6.724)	(9.041)	(8.730)
Outros Intangíveis		(4.861)	(4.853)	(4.861)	(4.853)
Total		2.720	2.359	4.155	3.715

Política contábil do bens de direito de uso

Demonstrado ao custo de valor presente dos contratos de locação com prazo maior que 12 meses. A amortização é calculada com base no prazo do contrato.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

c) Composição dos bens de direito de uso

Representa substancialmente os contratos de locação das casas de espetáculos, conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
		Custo	9.171	35.135	9.384
Amortização	40	(2.939)	(18.066)	(3.063)	(18.172)
Total		6.232	17.069	6.321	17.175

Política contábil de reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial.

d) Composição do imobilizado reavaliado

Controladora:

	31/03/21		31/12/20	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
	Obras civis em propriedades de terceiros	8.039	(8.039)	-
Móveis e utensílios	292	(268)	24	28
Máquinas e equipamentos	799	(509)	290	529
Equipamentos de processamento de dados	139	(104)	35	40
Equipamentos Aurolights - incorporação	158	(158)	-	2
	9.427	(9.078)	349	599
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(118)	(203)
Reserva de reavaliação remanescente no patrimônio líquido			231	396

Consolidado:

	31/03/21		31/12/20	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
	Obras civis em propriedades de terceiros	8.039	(8.039)	-
Móveis e utensílios	292	(268)	24	28
Máquinas e equipamentos	799	(509)	290	529
Equipamentos de processamento de dados	139	(104)	35	40
Equipamentos Aurolights - incorporação	158	(158)	-	2
	9.427	(9.078)	349	599
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(118)	(203)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido			231	396

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

e) Mutações do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Saldo inicial	5.023	7.535	9.630	14.070
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros	-	138	-	308
Móveis e utensílios	-	85	-	148
Máquinas e equipamentos	-	41	-	310
Equipamentos de processamento de dados	-	7	-	321
Estruturas	-	8	-	8
Imobilizado em andamento	37	-	37	-
Total de adições	37	279	37	1.095
Baixas líquidas	(1.480)	(520)	(1.480)	(2.444)
Depreciação	(434)	(2.271)	(571)	(3.961)
Efeitos de variação cambial e monetária	-	-	278	870
Total	(1.914)	(2.791)	(1.773)	(5.535)
Saldo final	3.146	5.023	7.894	9.630

f) Mutações do intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Saldo inicial	2.359	678	3.715	3.380
Adições:				
Software	400	453	400	529
Marcas e patentes	-	-	162	827
Total de adições	2.759	1.131	4.277	4.736
Amortização ¹	(39)	(713)	(118)	(1.125)
Baixas líquidas e efeitos de variação cambial e monetária	-	-	(4)	104
Reclassificação ²	-	1.941	-	-
	(39)	1.228	(122)	(1.021)
Saldo final	2.720	2.359	4.155	3.715

(1) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 21.b).

(2) Reclassificação entre as rubricas de investimentos em controladas e outros intangíveis.

g) Mutações dos bens de direito de uso

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Saldo inicial	17.069	20.338	17.175	33.753
Adições	-	7.241	-	7.383
Remensuração (i)	1.364	1.247	1.364	1.942
Amortização	(2.058)	(11.757)	(2.075)	(14.733)
Baixas líquidas (ii)	(10.143)	-	(10.143)	(11.170)
Saldo final	6.232	17.069	6.321	17.175

(i) Refere-se a atualização anual dos contratos de aluguel das casas de espetáculos.

(ii) Refere-se a descontinuidade da locação fixa da casa de espetáculo de São Paulo.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

14. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Fornecedores nacionais	10.285	7.217	27.566	21.723
Fornecedores estrangeiros	-	-	397	336
Total	10.285	7.217	27.963	22.059

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política contábil

Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no ingresso dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

Modalidade	Taxa média anual de	Controladora		Consolidado	
		31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Debêntures (a)	CDI + 3,36%	122.531	120.967	122.531	120.967
Parcela do passivo circulante		2.531	967	2.531	967
Parcela do passivo não circulante		120.000	120.000	120.000	120.000

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, R\$ 40.000 em 2022, R\$ 40.000 em 2023 e R\$ 40.000 em 2024.

a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 05 de novembro de 2018, o Instrumento Particular de Escritura da terceira emissão pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações. Foram emitidas 120 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$ 120.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 05 de novembro de 2018.

As emissões foram realizadas nos termos da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Em 31 de março de 2021, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures.

Em 17 de dezembro de 2020 foi realizada assembleia geral de debenturistas de sua 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), na qual foi aprovada, por unanimidade, a alteração dos seguintes termos e condições das Debêntures:

Condição alterada	Original	Nova
Amortização periódica do valor e nominal unitário	Em seis parcelas semestrais, iguais e consecutivas, com início em 5 de maio de 2020.	Em seis parcelas semestrais, iguais e consecutivas, com início em 5 de maio de 2022.
Remuneração	100% da variação da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 1,6225% ao ano, ambos na base 252 dias úteis.	100% da variação da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 3,36% ao ano, ambos na base 252 dias úteis.

As debêntures são garantidas por: i) Cessão de recebíveis de cartões (com medição periódica); ii) Cessão de direitos creditórios provenientes de contratos de patrocínio ("naming rights").

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

16. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Política Arrendamentos mercantis

O Pronunciamento CPC 06 (R2)/IFRS 16 altera a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um modelo unificado de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo na rubrica "Bens de direito de uso" e no passivo na rubrica "Passivos de arrendamento" a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do Ativo de Direito de Uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Contratos de arrendamento com prazo inferior a 12 meses, que possua valor imaterial ou que tenha como base valores variáveis são caracterizados como isentos dessa norma.

A Companhia avaliou os potenciais impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma e optou por aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá rerepresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Essa avaliação foi segregada em etapas, tais como: (i) Levantamento dos contratos; (ii) abordagem de transação; (iii) mensuração do passivo inicial e ativo inicial e; (iv) impactos da adoção inicial.

De acordo com a norma CPC 06 (R2)/IFRS 16, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que anteriormente eram registradas como despesas de arrendamento passaram a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não trouxe nenhuma alteração no montante total que será levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que existe um efeito temporal no lucro líquido, no qual resulta em uma redução no início do exercício, em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos.

Modalidade	Taxa média	Vencimentos	Controladora		Consolidado	
			31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Passivo de arrendamento	CDI + 1,8800%	2024	8.211	23.364	8.318	23.492
Total			8.211	23.364	8.318	23.492
Parcela do passivo circulante			3.579	16.431	3.666	16.516
Parcela do passivo não circulante			4.632	6.933	4.652	6.976

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2021	23.364	23.492
Juros do período	272	274
Contraprestação paga	(1.581)	(1.604)
Ajuste por remensuração (i)	1.364	1.364
Cancelamento de contrato (ii)	(15.208)	(15.208)
Saldo final em 31 de março de 2021	8.211	8.318

(i) Refere-se a atualização anual dos contratos de aluguel das casas de espetáculos.

(ii) Refere-se a descontinuidade da locação fixa da casa de espetáculo em São Paulo.

Conforme exigência no CPC 06 (R2), a Companhia apresenta no quadro abaixo a análise de maturidade de seus contratos, prestações não descontadas, conciliadas com saldo em 31 de março de 2021:

	Controladora	Consolidado
Vencimento das prestações		
2021	3.400	3.468
2022	2.368	2.413
2023	2.293	2.293
2024	945	945
Valores não descontados	9.006	9.119
Juros embutidos	(795)	(801)
Saldo do passivo de arrendamento em 31 de março de 2021	8.211	8.318

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Abaixo é apresentado o indicativo do direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Nominal	Ajustado valor Presente
Fluxos de Caixa		
Contraprestação do arrendamento	9.006	8.211
PIS/COFINS potencial (9,25%)	833	760

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
COFINS a recolher	12	12	17	18
PIS a recolher	3	3	4	4
Imposto Sobre Serviços - ISS	308	550	315	562
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	1.155	955
Programa de Recuperação Fiscal - Refis	176	239	176	239
Imposto sobre faturamento	-	-	1	1
IVA - imposto de valor agregado	-	-	143	78
INSS de terceiros a recolher	19	18	19	18
Outros	(64)	21	15	107
Parcelamento de impostos de controladas no exterior	-	-	140	149
Passivo circulante	454	843	1.985	2.131
Parcelamento de ISS	388	404	388	404
Programa de Recuperação Fiscal - Refis	155	155	155	155
Parcelamento de impostos de controladas no exterior	-	-	963	648
Passivo não circulante	543	559	1.506	1.207

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Política contábil

A receita compreende o valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Contratos de "naming rights" (a)	-	4.074	-	4.074
Patrocínios (b.1)	20.196	18.505	25.049	23.474
Eventos privados (b.2)	4.641	4.607	5.394	5.362
Vendas antecipadas de ingressos (c)	101.388	101.387	101.402	101.388
Total	126.225	128.573	131.845	134.298

(a) Contratos de "naming rights": consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca. Em 31 de março de 2021 os valores a serem apropriados na controladora e no consolidado são de R\$ 3.903 em 2021 e R\$ 233 em 2022.

(b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados.

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos e eventos externos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas.

(c) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

19. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/12/20	31/03/21	31/12/20
Trabalhistas	3.745	3.974	6.417	8.787
Cíveis	3.003	4.592	5.406	6.979
Tributários	-	-	12.991	12.020
Total	6.748	8.566	24.814	27.786
Não circulante	6.748	8.566	24.814	27.786

Em 2013 os Serviços de Impostos Internos do Chile (SII) atuaram a T4F Chile para a cobrança de impostos, na ordem de R\$ 40.000, por eventos ocorridos nos anos de 2010 a 2012, referentes: (i) à base de impostos recolhidos sobre os cachês de artistas; (ii) a remessas enviadas ao exterior em razão de diversos eventos realizados nos anos de 2010 a 2012; (iii) à data de envio da declaração e pagamento dos impostos retidos sobre as remessas realizadas em decorrência dos eventos realizados; e (iv) ao imposto de renda retido na fonte em determinados tipos de contratos.

Ainda em 2013, a Companhia propôs ação judicial contra os Serviços de Impostos Internos do Chile, visando anular as supostas infrações atuadas. Em 2019, foi prolatada sentença que julgou parcialmente procedente a ação movida pela Companhia, estando pendente o início da execução pelos Serviços de Impostos Internos do Chile (SII). Após o julgamento parcialmente favorável à Companhia, os valores envolvidos ainda em litígio foram classificados com probabilidade de perda provável no valor de R\$ 12.508, e com probabilidade de perda remota no importe de R\$ 8.730, para 31 de março de 2021.

19.1) Provisões tributárias

Em 31 de março de 2021, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 209.755 (R\$ 203.297 em 31 de dezembro de 2020).

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários com probabilidade de perda possível envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acrescido de multa e juros legais. Em 31 de março de 2021, o montante global desses processos é de aproximadamente R\$ 66.611 (R\$ 64.596 em 31 de dezembro de 2020).

b) Em dezembro de 2009, a Companhia foi atuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2021, o valor estimado do processo é R\$ 13.216 (R\$13.184 em 31 de dezembro de 2020).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

c) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apuradas em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S/A, quanto a parcela que excedeu o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou recurso e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2021, o valor envolvido era de R\$5.711 (R\$5.697 em 31 de dezembro de 2020).

d) A Companhia foi autuada, em 2010 e 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação e recurso aos autos de infração citados, e espera julgamento definitivos na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2021, o valor atualizado dos dois processos é de R\$ 12.941 (R\$12.906 em 31 de dezembro de 2020).

e) Em 31 de janeiro de 2014 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF"), onde se discute, em suma, lançamento de crédito tributário de PIS e de COFINS, incidentes na sistemática não-cumulativa, referentes ao ano calendário de 2009, onde a SRF efetivou a glosa de créditos de insumos que estariam supostamente em desacordo com os critérios legais e, portanto, não dariam direito a crédito. A Companhia apresentou impugnação e recurso ao auto de infração lavrado, os quais foram julgados parcialmente procedentes. Aguarda-se decisão dos recursos interpostos pela Companhia e pela SRF. A opinião dos assessores jurídicos sobre o mencionado auto é de que a probabilidade de perda é possível em relação a 14% do lançamento. Em 31 de março de 2021, o valor atualizado do débito classificado como perda possível é de R\$ 2.876 (R\$2.867 em 31 de dezembro de 2020).

f) Em fevereiro de 2019, a Companhia foi citada em uma ação de execução fiscal cujo objeto é a cobrança de supostas diferenças apuradas no momento do processo de nacionalização de peças de figurino inicialmente importadas sob o regime de admissão temporária para a realização de determinado espetáculo teatral. Na opinião dos assessores jurídicos da Companhia a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2021, o valor da causa é de R\$ 5.531 (R\$ 6.361 em 31 de dezembro de 2020).

g) Em julho de 2020, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL para os anos de 2015 a 2017, relativos à: (i) desconsideração das amortizações referentes ao ágio registrado em 14/07/2007, na operação de incorporação de empresa; (ii) imposição de multas isoladas de 50%, decorrentes da insuficiência dos pagamentos mensais de IRPJ e CSLL, em razão da exclusão mensal das parcelas de amortização do ágio; e (iii) imposição de multas qualificadas de 150% sobre os valores de IRPJ e CSLL autuados. A Receita Federal do Brasil fundamenta o auto de infração encaminhado à Companhia, em síntese, em uma suposta diminuição indevida das bases de cálculo dos referidos tributos pela exclusão do ágio nas bases tributárias. Os valores somam R\$ 47 em imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) e R\$ 33 em contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), perfazendo um total de R\$ 83.181, em 31 de março de 2021 (R\$ 83.145 em 31 de dezembro de 2020). A Companhia apresentou impugnação aos autos de infração no prazo estabelecido, bem como afirma seu entendimento de que o ágio foi constituído de forma regular e em conformidade com legislação fiscal vigente à época. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível para o mérito e remota para a parcela da multa isolada relativa aos erros de cálculo nas antecipações: (i) não utilização de prejuízos fiscais no cálculo das antecipações de IRPJ e CSLL; e (ii) desconsideração das parcelas devidas nos meses anteriores no cálculo das antecipações de CSLL.

19.2) Provisões trabalhistas

Em 31 de março de 2021, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$ 10.275 (R\$9.742 em 31 de dezembro de 2020).

19.3) Provisões cíveis e outras

Em 31 de março de 2021, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 59.946 (R\$ 57.575 em 31 de dezembro de 2020).

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Entre os processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) A Companhia é autora reconvida em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia antecipada de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos. A Galaxy pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de suas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido da casa de espetáculos em questão, do período de 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença. O valor estimado em 31 de março de 2021 é de aproximadamente R\$3.585 (R\$3.438 em 31 de dezembro de 2020) e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. Todavia, a Companhia também tem valor a receber da Galaxy, o qual deverá ser apurado em fase de liquidação, decorrente de indenização correspondente às parcelas devidas pela Galaxy à Companhia em razão do contrato de patrocínio celebrado na ocasião, durante determinado período fixado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Atualmente aguarda-se o julgamento de recursos interpostos pelas partes.

b) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública (“ACP”) proposta pelo Procon de Curitiba/PR, tendo sido atribuído à causa o valor atualizado de R\$ 1.621 (R\$1.535 em 31 de dezembro de 2020), em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial. A Companhia apresentou recurso e aguarda-se o julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

c) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública relacionada à apresentação de “Quidam”, nos períodos de junho a setembro de 2009, proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor atualizado de R\$ 1.394 (R\$1.329 em 31 de dezembro de 2020), em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou recurso e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

d) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne à Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda “Iron Maiden”, ocorrido em janeiro de 2004. Em 31 de março de 2021, o valor em discussão é de R\$ 2.167 (R\$2.063 em 31 de dezembro de 2020). De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

e) A Companhia figura no polo passivo de ação civil pública (“ACP”) proposta pela Associação de Defesa dos Consumidores do Rio Grande do Sul - ADECON, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência e de entrega quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial, bem como a devolução dos valores cobrados a este título nos últimos cinco anos. Aguarda-se o julgamento do recurso apresentado pela ADECON. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível. O valor somente será possível de ser apurado com (i) a decisão definitiva da ação e, sendo a decisão desfavorável para a Companhia, (ii) com eventual manifestação dos consumidores.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 31 de março de 2021, estão registrados no balanço patrimonial, em rubrica específica nos montantes de R\$ 5.895 e R\$ 8.334 na controladora e consolidado respectivamente (R\$ 5.957 e R\$ 8.132 em 31 de dezembro de 2020).

19.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora	Provisão			Atualização	
	31/12/20	(reversão)	Pagamentos	monetária	31/03/21
Trabalhistas	3.974	(158)	(132)	61	3.745
Cíveis	4.592	(20)	(1.646)	77	3.003
Total	8.566	(178)	(1.778)	138	6.748

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Consolidado	31/12/20	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	31/03/21
	Trabalhistas	8.787	(1.005)	(2.165)	800	-
Cíveis	6.979	(29)	(1.650)	106	-	5.406
Tributário	12.020	-	-	3	968	12.991
Total	27.786	(1.034)	(3.815)	909	968	24.814

20. RECEITA LÍQUIDA

Política Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

O Grupo reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço e produto.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/03/20	31/03/21	31/03/20
Receita bruta:				
Serviços	67	26.913	2.841	36.360
Produtos	-	225	-	225
Deduções e impostos incidentes	(8)	(3.470)	(152)	(4.092)
Receita líquida	59	23.668	2.689	32.493

21. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/03/20	31/03/21	31/03/20
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 22)	(3.871)	(5.864)	(5.872)	(7.835)
Serviços de terceiros	(2.572)	(5.400)	(2.990)	(6.562)
Utilidades e facilidades	(39)	(266)	(291)	(882)
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	26	-	26	130
Outras despesas	(1.150)	(487)	(1.487)	(1.020)
Total	(7.606)	(12.017)	(10.614)	(16.169)
Vendas	(169)	(435)	(280)	(533)
Gerais e administrativas	(6.161)	(9.636)	(8.845)	(13.341)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 11.2)	(1.276)	(1.946)	(1.489)	(2.295)
Total das despesas por natureza	(7.606)	(12.017)	(10.614)	(16.169)

b) Custos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/03/20	31/03/21	31/03/20
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	-	(6.357)	(62)	(6.062)
Transportes e locações	(85)	(2.037)	(85)	(2.027)
Serviços de terceiros	(506)	(1.127)	(1.007)	(3.552)
Viagens e locomoção	-	(261)	(9)	(460)
Utilidades e facilidades	(167)	(511)	(181)	(1.338)
Mídia e publicidade	(60)	(893)	(69)	(1.038)
Depreciação e amortização	(2.531)	(3.929)	(3.012)	(5.376)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 22)	(1.239)	(1.177)	(1.487)	(1.758)
Custos de produção	(268)	(3.081)	(2.119)	(4.805)
Recuperação de custo (i)	5.065	-	5.065	-
Total	209	(19.373)	(2.966)	(26.416)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

(i) Efeito do cancelamento do contrato de locação da casa de espetáculos de São Paulo (nota explicativa nº 1.b.i)

22. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/03/20	31/03/21	31/03/20
Salários e bonificações	(2.842)	(3.795)	(3.978)	(5.542)
Despesa de férias	(265)	(492)	(265)	(640)
Despesa de 13º salário	(166)	(227)	(211)	(347)
Encargos sociais	(879)	(1.267)	(1.071)	(1.691)
Reversão (Constituição) de participação nos resultados - bônus	44	(390)	33	(390)
Outros benefícios a empregados (i)	(1.002)	(870)	(1.867)	(983)
Total de despesas com benefícios a empregados	(5.110)	(7.041)	(7.359)	(9.593)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(1.239)	(1.177)	(1.487)	(1.758)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(3.871)	(5.864)	(5.872)	(7.835)
Total	(5.110)	(7.041)	(7.359)	(9.593)

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/03/20	31/03/21	31/03/20
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(3)	(34)	(77)	(120)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(1)	(11)	(127)	(263)
Juros com debêntures	(1.564)	(1.715)	(1.564)	(1.715)
Outras	(1.846)	(2.921)	(1.943)	(3.102)
Total	(3.414)	(4.681)	(3.711)	(5.200)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/03/20	31/03/21	31/03/20
Receitas financeiras:				
Juros ativos	-	240	13	641
Rendimentos de aplicações financeiras	963	644	965	549
Outras	138	148	1	27
Total	1.101	1.032	979	1.217

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/03/20	31/03/21	31/03/20
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(3.761)	(9.614)	(316)	(1.853)
Ativas	6.245	7.037	3.766	4.091
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas (i)	(137)	(160)	(1.811)	(791)
Ativas	82	141	302	151
Variações hiperinflação, líquidas:				
Passivas	-	-	(3.303)	(2.155)
Ativas	-	-	2.044	971
Total	2.429	(2.596)	682	414

(i) Em 2019 a Companhia e foram ajuizadas na Ação de cobrança referente ao valor correspondente a 5% das ações de emissão da T4F Inversiones S.A onde a Companhia foi considerada responsável solidária.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

24. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/21	31/03/20	31/03/21	31/03/20
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.265	(81)	2.299	(853)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(1.475)	-	(1.475)	-
Outras	38	535	25	515
Total	(172)	454	849	(338)

25. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros.

b) Cartas de garantia de crédito e fianças e Seguro Fiança

A Companhia possui vigentes cartas de fiança bancária e seguro fiança cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$ 147.655.

c) Contratos de prestação de serviços

Por força de contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e a sociedade Inspiração Organização de Espetáculos Ltda., integrante do Grupo Cirque du Soleil, entre os anos de 2006 a 2008, a T4F reconheceu, nos termos dos mencionados contratos, ser responsável por indenizar a Inspiração contra certas pretensões concernentes a contingências envolvendo Imposto Sobre Serviços (ISS), obrigação essa ratificada em acordo específico para indenização de ISS. Isso em razão da divergência de fiscos municipais em relação aos serviços prestados pela Inspiração (se classificados no item 12.03 da lista de serviços do ISS, ou no item 12.13), impactando no local de recolhimento de tal tributo. O entendimento da T4F, lastreado em parecer de seus assessores jurídicos, foi de que os serviços da Inspiração são enquadráveis no item 12.03, sendo o ISS devido nos locais da efetiva prestação dos serviços, quais sejam, apresentação dos espetáculos circenses. Em dezembro de 2014 a Inspiração foi autuada pela Prefeitura de São Paulo, que tem a pretensão de receber o ISS decorrentes das apresentações do Cirque du Soleil que ocorreram em outras cidades (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre), além do que já fora recolhido para a municipalidade de São Paulo. A Companhia, com base nos contratos antes mencionados, assumiu o ônus das defesas de tais autuações, as quais foram julgadas insubsistentes pela municipalidade em primeira e segunda instâncias administrativas. O assunto está em discussão judicial, e na opinião dos assessores da Companhia a probabilidade de perda é possível. O montante envolvido no processo judicial contra a Inspiração é de R\$ 41.968 para 31 de março de 2021 (R\$ 40.363 em 31 de dezembro de 2020).

26. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

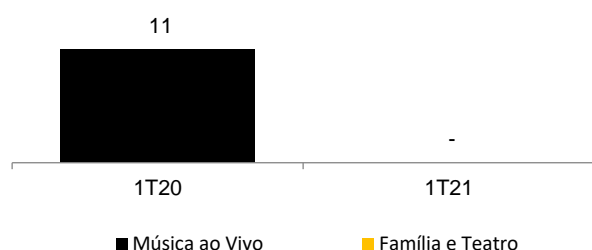
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 11 de maio de 2021.

Apresentamos a seguir os comentários sobre os resultados consolidados referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021 (1T21). Recomendamos a leitura deste material em conjunto com as Informações Trimestrais (ITR).

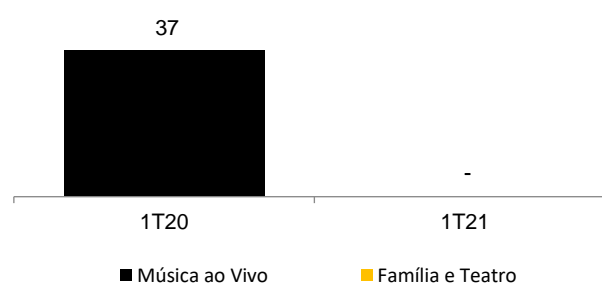
Comentários sobre o Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado

Indicadores Operacionais

Nº Eventos



Ingressos (000)



Devido à manutenção das restrições impostas ao nosso setor para conter os impactos da pandemia do COVID-19, não promovemos nenhum evento de Música ao Vivo no trimestre.

O primeiro trimestre de 2020 foi o último trimestre em que fomos permitidos a promover nossos eventos, até a imposição das restrições em março daquele ano. Desta forma, tivemos 11 apresentações em Música ao Vivo, com 37 mil ingressos vendidos. Não houve promoção de eventos de Família e Teatro no período.

Receita Líquida

Receita Líquida (R\$ mm)	1T20	1T21	Var. %
Promoção de Eventos	6,5	0,3	-95%
Música ao Vivo	5,8	0,3	-94%
Eventos Família e Teatro	0,1	-	-100%
Eventos Esportivos	0,6	-	-100%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	11,8	2,3	-81%
Patrocínio	14,2	0,1	-99%
Promoção de Eventos	11,8	0,1	-99%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	2,4	-	-100%
TOTAL	32,5	2,7	-92%
Número de Eventos	11	-	-100%
Ingressos Vendidos (000)	37	-	-100%
Preço Médio por Ingresso (R\$)	169	-	-100%

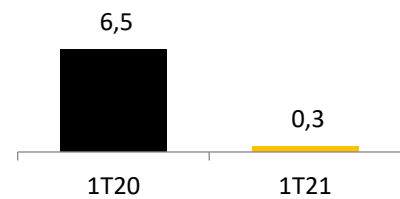
Conforme exposto anteriormente, em decorrência da impossibilidade de promover nossos conteúdos, tivemos uma redução de 92% na receita líquida do 1T21 quando comparada ao 1T20.

Apesar de não termos promovido eventos durante o 1T21, registramos R\$0,3 milhão de receita líquida referente à participação em eventos realizados na nossa casa de espetáculos em Buenos Aires, que operou durante o primeiro trimestre com capacidade limitada a 1.000 pessoas. Quando comparado com o 1T20, último trimestre em que tivemos promoção de eventos, registramos queda de 95% na receita líquida.

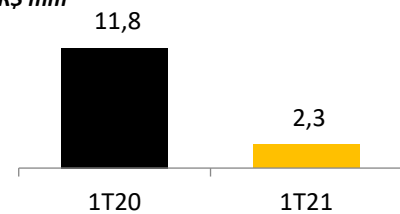
A receita líquida de operações de bilheteria, A&B e *venues* diminuiu 81% no 1T21 quando comparado ao 1T20, atingindo R\$2,3 milhões, contra R\$11,8 milhões no ano passado, também resultado das restrições impostas aos setores de entretenimento e cultura. A receita do 1T21 é composta por R\$0,5 milhão de vendas de ingressos a mercados adjacentes por meio da INTI, R\$1,3 milhão referentes à venda de ingressos para 13 *lives* e 399 eventos de terceiros realizados na Argentina, e R\$0,5 milhão pelo aluguel de estruturas de produção no Chile.

A receita líquida de patrocínios foi de R\$0,1 milhão no 1T21, queda de 99% contra 1T20, uma vez que durante a pandemia suspendemos o reconhecimento de patrocínios. No 1T21, tivemos receita com patrocínio do *streaming* de shows na Argentina.

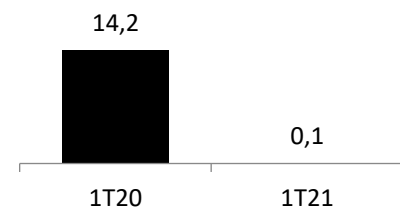
Promoção de Eventos R\$ mm



Operação de Bilheteria, A&B e Venues R\$ mm



Patrocínios R\$ mm



Lucro Bruto

Lucro Bruto (R\$ mm)	1T20	1T21	Var. %
Receita Líquida	32,5	2,7	-92%
Custo	(26,4)	(3,0)	89%
Lucro Bruto	6,1	(0,3)	-105%
<i>Margem Bruta (%)</i>	18,7%	-10,3%	-29,0 p.p.
Promoção de Eventos	(6,2)	0,6	109%
Operação de Bilheteria, A&B e Venues	(1,9)	(1,4)	25%
Patrocínio	14,2	0,1	-99%

O lucro bruto do 1T21 foi negativo em R\$0,8 milhão versus R\$6,1 milhões positivos no 1T20. O custo fixo de manutenção das *venues* e das operações *offshore* com a menor receita devido às restrições impostas para conter a pandemia são os principais motivos para o registro de lucro bruto negativo no trimestre.

O Custo do 1T21 conta com R\$5,1 milhões positivos referentes à baixa do passivo de arrendamento ligado ao contrato de aluguel da casa de espetáculos de São Paulo, cuja operação foi encerrada em março.

Despesas Operacionais

Despesas Operacionais (R\$ mm)	1T20	1T21	Var. %
Vendas	(0,5)	(0,3)	47%
Gerais e Administrativas	(13,3)	(8,8)	34%
Remuneração dos Administradores	(2,3)	(1,5)	35%
SG&A	(16,2)	(10,6)	34%
Outras receitas (despesas) operacionais	(0,3)	0,8	351%
Total	(16,5)	(9,8)	41%
<i>% Total/Receita Líquida</i>	<i>50,8%</i>	<i>363,1%</i>	<i>312,3 p.p.</i>

O SG&A do 1T21 diminuiu 34% versus o 1T20 como resultado do foco da Companhia em contenção de gastos, com a adoção tempestiva de ações, tais como: (i) redução de 45% do quadro de colaboradores no Brasil logo após a decretação do estado de calamidade pública e diminuição adicional de 36% da estrutura restante no 1T21; (ii) implantação de plano de demissão voluntária na Argentina em fevereiro de 2021, dada a proibição de se fazer demissões no país, reduzindo em 25% a estrutura local; e (iii) renegociação de todos os contratos de serviços, resultando em diminuição, cancelamento ou suspensão destes.

O total das Outras receitas (despesas) operacionais atingiu R\$0,8 milhão positivos no 1T21, devido a: (i) o resultado positivo de provisões para contingência e resultados de processos judiciais, no valor de R\$2,3 milhões, fruto majoritariamente da diferença entre acordos trabalhistas celebrados no Rio de Janeiro e suas provisões correspondentes constituídas num valor maior; e (ii) da baixa de ativo imobilizado relativa ao encerramento da operação da casa de espetáculos em São Paulo, no valor negativo de R\$1,5 milhão.

EBITDA e EBITDA Ajustado

Reconciliação do EBITDA (R\$ mm)	1T20	1T21	Var. %
Lucro Líquido (Prejuízo)	(14,1)	(11,5)	18%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	0,1	(0,6)	-715%
(+) Resultado Financeiro Líquido	3,6	2,1	-43%
(+) Depreciação	5,4	(2,2)	-141%
=EBITDA	(5,1)	(12,2)	-142%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>-15,6%</i>	<i>-562,6%</i>	<i>-547,1 p.p.</i>
(-) Condenações e provisões de contingência	-	(2,3)	n.a.
(+) Baixas de ativos referentes à venue de São Paulo	-	2,5	n.a.
EBITDA Ajustado (excl. efeitos não-recorrentes)	(5,1)	(12,1)	-139%
<i>Margem EBITDA ajustada (excl. efeitos não-recorrentes)</i>	<i>-15,6%</i>	<i>-555,4%</i>	<i>-539,8 p.p.</i>

O EBITDA do 1T21 ficou negativo em R\$12,2 milhões na visão contábil e R\$12,1 milhões na visão ajustada, versus EBITDA negativo de R\$5,1 milhões em ambas as visões no 1T20. Na visão ajustada, excluem-se (i) os efeitos das condenações e provisões de contingência, no valor positivo de R\$2,3 milhões, bem como (ii) o resultado da baixa de ativos referentes à casa de espetáculos de São Paulo, no valor total de R\$2,5 milhões, sendo R\$1,5 milhão de ativo imobilizado, e R\$1,0 milhão de contas a receber de clientes.

O EBITDA registrado neste trimestre é o melhor desde o 1T20, último período em que a Companhia pode promover eventos, reflexo das diversas ações implementadas no período para mitigar os efeitos da pandemia sobre o nosso negócio.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mm)	1T20	1T21	Var. %
Receitas Financeiras	1,2	1,0	-20%
Juros Ativos	0,6	0,0	-98%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,5	1,0	76%
Outros	0,0	0,0	-96%
Despesas Financeiras	(5,2)	(3,7)	29%
Juros Passivos	(0,1)	(0,1)	36%
Juros com Empréstimos - Debêntures	(1,7)	(1,6)	9%
Impostos sobre Transações Financeiras	(0,3)	(0,1)	52%
Outros	(3,1)	(1,9)	37%
Receitas - Despesas Financeiras	(4,0)	(2,7)	31%
Variação Cambial, Monetária e Hiperinflação	0,4	0,7	65%
Variação Cambial	2,2	3,5	54%
Variação Monetária	(0,6)	(1,5)	-136%
Variação Hiperinflação	(1,2)	(1,3)	-6%
Resultado Financeiro Líquido	(3,6)	(2,1)	43%

No 1T21, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$2,1 milhões, 43% superior ao resultado registrado no 1T20, negativo em R\$3,6 milhões. Esta melhora se deve principalmente a:

- (i) Juros sobre debêntures menores em R\$0,1 milhão, resultado da redução da taxa básica de juros, SELIC, de 3,75% a.a. no final do 1T20 para 2,75% a.a. no final do 1T21, parcialmente compensado pela majoração da sobretaxa nos juros da debênture em 1,48% p.p. com o reperfilamento das debêntures realizado em novembro de 2020.
- (ii) Juros sobre bens de direito de uso R\$0,5 milhão menor devido à entrega das casas de espetáculos no Rio de Janeiro e Belo Horizonte;
- (iii) Menor valor de rendimentos negativos de aplicações financeiras e multas em R\$0,6 milhão, tendo sido R\$1,5 milhão no 1T21, versus R\$2,1 milhões no 1T20;
- (iv) Variação Cambial, Monetária e Hiperinflacionária num valor R\$0,3 milhão maior no 1T21 em relação ao 1T20, resultado principalmente da valorização do Dólar Americano frente ao Real no 1T21, com impacto positivo no saldo de moeda estrangeira.

Lucro Líquido (Prejuízo)

Lucro Líquido (Prejuízo) (R\$ mm)	1T20	1T21	Var. %
Resultado Antes de Impostos	(14,0)	(12,1)	14%
(-) IRRF e CSSL (Corrente)	(0,4)	(0,2)	52%
(-) IRRF e CSSL (Diferido)	0,3	0,8	134%
Lucro Líquido (Prejuízo)	(14,1)	(11,5)	18%
<i>Margem Líquida (%)</i>	<i>-43,4%</i>	<i>-529,7%</i>	<i>-486,3 p.p.</i>
(-) Condenações e provisões de contingência	-	(0,5)	n.a.
(+) Baixas de ativos referentes à venue de São Paulo	-	2,5	n.a.
(-) Baixa de Passivo de Arrendamento	-	(4,9)	n.a.
Lucro Líquido (Prejuízo) (excl. efeitos não-recorrentes)	(14,1)	(14,4)	-2%
<i>Margem Líquida (excl. efeitos não-recorrentes)⁽¹⁾</i>	<i>-43,4%</i>	<i>-661,9%</i>	<i>-618,5 p.p.</i>

Como resultado dos efeitos mencionados anteriormente, o Prejuízo Líquido do 1T21 foi de R\$11,5 milhões, versus R\$14,1 milhões no 1T20. Já o Prejuízo Líquido Ajustado foi de R\$14,4 milhões no 1T21, contra R\$14,1 milhões no 1T20. Assim como o EBITDA, o Prejuízo Líquido, tanto na visão Contábil quanto na visão Ajustada, no 1T21 foi o menor desde o 1T20, último trimestre onde promovemos nossos eventos outdoor.

Os ajustes realizados no 1T21 foram (i) R\$0,5 milhão de resultado de condenações e provisões de contingência, sendo R\$2,3 milhões positivos em Outras Despesas Operacionais, conforme descrito na seção “EBITDA e EBITDA Ajustado”, parcialmente compensado por R\$1,8 milhão negativos reconhecidos na linha de Despesas Financeiras, referentes à parcela de provisão para contingência baixada correspondente à atualização monetária e multa, (ii) R\$2,5 milhões referentes a baixas de ativos ligados ao encerramento da operação da casa de espetáculos de São Paulo, conforme descrito na seção “EBITDA e EBITDA Ajustado”, bem como (iii) R\$4,9 milhões positivos referentes à baixa do passivo de arrendamento ligado ao contrato de aluguel da casa de espetáculos de São Paulo, conforme descrito na seção “Lucro Bruto”, no valor de R\$5,1 milhões, parcialmente descontado de R\$0,2 milhões de despesas financeiras atreladas.

Capital de Giro

Capital de Giro (R\$ mm)	1T20	4T20	1T21	Var. % (1T21/4T20)	Var. % (1T21/1T20)
Ativo Circulante	165,8	132,8	122,1	-8%	-26%
Contas a Receber	49,6	34,4	27,6	-20%	-44%
Estoques	1,1	0,9	0,9	5%	-14%
Adiant. a Fornecedores e Custos Antecipados	89,8	59,2	52,7	-11%	-41%
Imposto a Recuperar	23,7	25,5	27,0	6%	14%
Outras contas a receber	1,6	12,7	13,9	9%	757%
Passivo Circulante	194,7	165,3	168,4	2%	-14%
Fornecedores	40,7	22,1	28,0	27%	-31%
Adiantamento de Clientes	137,7	134,3	131,8	-2%	-4%
Salários, provisões e contribuições sociais	7,2	2,0	1,5	-25%	-79%
Impostos e contribuições a recolher	4,2	2,1	2,0	-7%	-52%
Outras obrigações	4,9	4,8	5,0	6%	2%
Capital de Giro	(28,9)	(32,5)	(46,3)	-42%	-60%

O capital de giro no 1T21 ficou negativo em R\$46,3 milhões, versus R\$32,5 milhões negativos no 4T20 e R\$28,9 milhões no 1T20.

A variação de R\$13,8 milhões no primeiro trimestre deste ano, versus o trimestre imediatamente anterior se deve majoritariamente ao (i) recebimento de R\$8,9 milhões de contratos de patrocínio referentes à operação de nossas casas de espetáculo e de eventos adiados por conta das restrições impostas para combater os efeitos da pandemia de COVID-19, refletidos na variação da linha de Contas a Receber; (ii) devolução de cachês pagos antecipadamente a artistas por shows que foram cancelados, no valor total de R\$ 6,7 milhões, impactando a linha de Adiantamento a Fornecedores e Custos Antecipados; (iii) constituição de passivo com Fornecedores, majoritariamente ligado a repasses em contratos de vendas de ingressos de terceiros na Argentina e na INTI; e (iv) baixa de passivo referente à operação da casa de espetáculos de São Paulo, impactando a linha de Adiantamento de Clientes no valor total de R\$2,7 milhões.

O capital de giro em patamar negativo é inerente ao nosso modelo de negócios, em que vendemos ingressos antecipadamente, bem como recebemos antecipadamente alguns patrocínios (registrados em Adiantamentos de Clientes), ao passo que a maior parte dos pagamentos a fornecedores relacionados aos conteúdos que promovemos são registrados na rubrica de Custos Antecipados.

Caixa e Endividamento

Caixa e Endividamento (R\$ mm)	1T20	4T20	1T21	Var. % (1T21/1T20)	Var. % (1T21/4T20)
Saldo de Caixa + Aplicações (BoP) ⁽²⁾	209,7	211,7	201,9	-4%	-5%
Fluxo de Caixa Operacional	13,0	(14,4)	(4,3)	-133%	70%
Fluxo de Caixa de Investimento	(0,4)	5,3	(0,6)	-31%	-111%
Fluxo de Caixa de Financiamento	(4,7)	(4,6)	(2,0)	57%	56%
Var. Cambial sobre Investimentos e Caixa no Exterior	4,9	3,8	10,0	103%	160%
Aumento (Redução) em Caixa e Equivalentes	12,9	(9,8)	3,1	-76%	131%
Saldo de Caixa + Aplicações (EoP)	222,5	201,9	205,0	-8%	2%
Empréstimos e Financiamentos - CP	42,9	1,0	2,5	-94%	162%
Passivo de Arrendamento - CP	15,3	16,5	3,7	-76%	-78%
Empréstimos e Financiamentos - LP	80,0	120,0	120,0	50%	0%
Passivo de Arrendamento - LP	25,4	7,0	4,7	-82%	-33%
Endividamento Total	163,6	144,5	130,8	-20%	-9%
Caixa (Dívida) Líquido	58,9	57,5	74,1	26%	29%
Caixa (Dívida) Líquido de dívida financeira	99,7	80,9	82,4	-17%	2%

(2) Até o 3T20, a empresa possuía saldo de aplicações no valor de R\$5,0 milhões, cujo resgate no 4T20 impactou o Fluxo de Caixa de Investimentos apresentado nas Demonstrações Financeiras, porém gerencialmente sem efeito para este fluxo de caixa.

Encerramos o 1T21 com R\$205,0 milhões em caixa, versus R\$ 201,9 milhões no 4T20 e R\$222,5 milhões no 1T20. Os principais efeitos no Fluxo de Caixa foram:

- **Fluxo de Caixa Operacional:** redução de R\$10,1 milhões no consumo operacional de caixa do 1T21 em relação ao 4T20, reflexo das ações de contingenciamento de gastos adotadas pela companhia, bem como o recebimento de R\$8,9 milhões de patrocínios, e R\$6,7 milhões de devolução de cachês pagos de forma adiantada, conforme descrito na seção “Capital de Giro”. A variação negativa de R\$16,9 milhões entre o 1T21 e o 1T20 é explicada pela impossibilidade de operarmos nossos eventos e, assim, de gerar caixa, no 1T21, enquanto o 1T20 foi o último trimestre onde houve promoção de eventos;

- **Fluxo de Caixa de Investimentos:** a variação negativa de R\$ 5,9 milhões no 1T21 contra o 4T20 se deve ao recebimento, no 4T20, da segunda parcela relativa à alienação da nossa participação na Vicar, promotora da *Stock Car*. Em relação ao 1T20, o aumento de R\$0,2 milhão se deve a investimentos em *softwares* de gestão e evolução da ticketeira INTI.
- **Fluxo de Caixa de Financiamento:** o valor do 1T21, menor em R\$2,6 milhões frente ao 4T20 se deve majoritariamente ao pagamento de juros e encargos referentes ao reperfilamento das debêntures da 3ª emissão da companhia, realizado em novembro de 2020, no valor de R\$2,5 milhões. A redução de R\$2,7 milhões em relação ao 1T20 se deve em sua maioria ao menor dispêndio com o pagamento de passivos de arrendamento referente aos contratos de aluguel, devido à entrega das casas de espetáculo de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, realizadas respectivamente no 3T20 e 4T20, bem como a renegociação, ao longo do ano, dos valores pagos de aluguel de todas as casas de espetáculo em consequência da impossibilidade de operar no período;
- Por fim, registrou-se **variação cambial** positiva de R\$10,0 milhões, fruto da valorização dos investimentos e das disponibilidades em moeda estrangeira no trimestre, resultado da valorização de 8,4% do Dólar Americano no período, de R\$5,1937 em 31 de dezembro de 2020 para R\$5,6315 em 31 de março de 2021.

Em 17 de março de 2021, a Lei 14.046, originalmente aprovada em 24 de agosto de 2020, foi reeditada. Esta lei que estabelece, dentre outros efeitos, a não devolução dos valores dos ingressos de shows adiados ou cancelados, tendo em vista que serão convertidos em crédito para utilização posterior em outros eventos da Companhia. Com a sua reedição, a lei se aplica aos eventos adiados ou cancelados até 31 de dezembro de 2021, podendo seus créditos serem utilizados até 31 de dezembro de 2022.

Em conjunto com as demais ações tomadas pela Companhia para a preservação do seu caixa, a reedição desta lei contribui para preservação do caixa da empresa, trazendo mais segurança para atravessar esse momento turbulento e permitindo a implementação das ações traçadas no nosso planejamento estratégico.

Com isso, encerramos o 1T21 com: (i) endividamento total de R\$130,8 milhões, R\$ 13,7 milhões inferior a posição do 4T20, resultado da baixa de passivo de arrendamento relativo à casa de espetáculos de São Paulo; (ii) caixa líquido de dívida financeira de R\$82,4 milhões, 17% inferior à posição observada no 1T20 e 2% superior à observada no 4T20, - a variação de R\$2,5 milhões em relação ao trimestre imediatamente anterior se deve a juros relativos às debêntures pagos em maio de 2021 acruados durante o 1T21 -, e; (iii) caixa líquido de R\$74,1 milhões, 26% superior à posição observada no 1T20 e 29% superior à observada no 4T20.

Pipeline de Eventos

Como informado na divulgação dos resultados do 4T20, em virtude do recrudescimento da pandemia, a cantora Taylor Swift decidiu pelo cancelamento dos dois shows marcados para o Brasil. Pelo mesmo motivo, mais recentemente, anunciamos o adiamento do Lollapalooza para março de 2022, período em que tradicionalmente o promovemos.

Estamos em constante monitoramento das condições para retorno das nossas atividades, mantendo contato constante com os governos locais, de modo a contribuir com a retomada da economia, bem como com agentes internacionais para recompor nosso pipeline de eventos tão logo tenhamos esta possibilidade.

Observando os mercados onde a vacinação está mais avançada, e que se preparam para a reabertura das atividades de entretenimento ao vivo, vemos uma série de eventos agendados a partir do terceiro trimestre deste ano com ingressos esgotados pouco tempo após a abertura de suas vendas. Estes exemplos dão cores mais claras à demanda reprimida por entretenimento ao vivo que vinha sendo observada nos últimos meses, e reforçam nossos planos de expansão do nosso portfólio de conteúdos, entregando experiências cada vez mais marcantes ao nosso público.